

# Lyra defende urgência de reformas para Constituinte

FOLHA DE SÃO PAULO

Do correspondente em Vitória  
4 MAR 1985



O deputado federal Fernando Lyra (PMDB-PE), 46, um dos cotados para a chefia do Gabinete Civil do governo Tancredo Neves, defendeu ontem em Vitória (ES), como pré-condição para uma Assembleia Nacional Constituinte, "a remoção de todo o entulho autoritário como a legislação eleitoral que restringe a liberdade de organização partidária, a legislação sindical que impede a autonomia dos sindicatos, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa", mas observou que as iniciativas nesse sentido cabem ao Congresso Nacional.

Para ele, algumas dessas medidas, como a liberdade de organização partidária, a autonomia sindical e as eleições para capitais e áreas de segurança nacional têm "urgência absoluta" e, se possível, deveriam ser adotadas este ano. Ele também manifestou sua preocupação com a permanência das sublegendas, por considerá-la incompatível com o instituto da coligação partidária. "Meu receio é de que o hábito do cachimbo entorte a boca de companheiros nossos que, tendo sido eleitos por sublegenda, esqueçam que durante anos fomos sufocados por ela. Não quero para as minorias atuais aquilo que tanto nos prejudicou no passado."

Lyra observou que, caso se torne chefe do Gabinete Civil do futuro presidente da República, "não será ministro de suas idéias — e erra quem acha que haverá algum superministro no governo Tancredo — mas cumpridor das diretrizes fixadas por uma estratégia global". Acrescentou: "Não tenho dúvida de que a remoção das sequelas do autorita-

rismo é o primeiro objetivo do governo Tancredo Neves, inclusive porque isso faz parte de uma luta de vinte anos do nosso partido". Também negou que tenha recebido convite expresso para integrar o Ministério, mas disse que não pode desconhecer as especulações que têm sido publicadas pela imprensa.

Ao contestar acusações de contínuismo surgidas durante o processo de formação do Ministério, observou: "Está havendo muita confusão a esse respeito. Vocês vão ver: as coisas vão mudar mesmo, haverá muitas surpresas. O estilo de governo já mudou, pois a postura de Tancredo é totalmente diferente da postura de presidentes anteriores, e como demonstrou a recente viagem que fez ao Exterior, ele é um estadista. Porém, é preciso ter em mente que jamais o governo terá condições de atender todas as expectativas do povo."

Ao ser lembrado de que professores universitários reunidos em congresso nacional em Vitória denunciaram a existência de uma proposta contínuista no Ministério da Educação, Lyra invocou sua condição de fundador do grupo autêntico do PMDB "tido na época como radical pelo governo", para afiançar que a participação do senador pernambucano Marco Maciel e do governador do seu Estado, Roberto Magalhães, foi fundamental para a estabilização do processo que resultou na eleição de Tancredo. "Sei que o ideal seria a eleição direta do presidente da República e um governo formado só por companheiros do PMDB, mas chegamos até onde estamos através de alianças e temos de honrá-las."

Lyra chegou a Vitória num jatinho particular, a convite do deputado federal Max Mauro, para fazer uma palestra no município de Vila Velha, a 25 km da Capital, sobre Constituinte, e à noite viajou para o Rio de Janeiro.

# Andes quer Suprapartidária na liderança da campanha

Do Correspondente em Vitória

A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) encerrou na madrugada de ontem seu 4º Congresso, em Vitória (ES), com a aprovação de uma resolução que propõe a articulação de uma comissão nacional suprapartidária formada pelas entidades comprometidas na luta pelas diretas-já, para desta vez promover uma campanha por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. "É fundamental para a eleição da Constituinte uma limpeza de todo o lixo do autoritarismo", afirmou a presidenta da Andes, Maria José Feres Ribeiro, ao defender o fim da Lei de Segurança Nacional, do SNI e da legislação eleitoral que cria obstáculos à liberdade de organização partidária.

A resolução sobre o assunto considera "inaceitável" a encomenda pelo futuro presidente da República de um projeto de texto constitucional a uma comissão de juristas, "porque ela

deslocaria para um terreno pretensamente técnico a luta que precisa ser abertamente política para que as classes e camadas populares alcancem uma posição, a mais favorável possível, nas negociações que se darão nos trabalhos da Constituinte".

Denuncia também que as classes dominantes, na medida em que se mobilizam no esforço de manter seus interesses econômicos e sociais, "têm interesse em transformar a Constituinte em instrumento de legitimação da ordem econômica e social". Segundo ainda o documento, uma campanha nacional pela Constituinte é indispensável para elevar o grau de organização e de conscientização dos trabalhadores. "A Constituinte, assim, se coloca como momento de um processo de democratização que poderá evoluir no sentido de favorecer o atendimento das reivindicações da maioria da população, mas apenas na medida em que ela consiga varrer os obstáculos à sua livre organização".

# Sindicalistas lançam movimento contra legislação autoritária

Reportagem Local

A Assembleia Nacional Constituinte, a ser virtualmente convocada pelo governo Tancredo Neves, só será democrática e popular se precedida da remoção urgente de todo o entulho, institucional ou legal, do autoritarismo forjado pelos quase vinte e um anos de regime militar. E para que incorpore um conteúdo social e garanta reformas estruturais em contraposição aos interesses das classes economicamente poderosas, é necessária a ampla mobilização dos sindicatos e entidades da sociedade civil, na defesa de suas propostas e eleição de seus representantes.

Esta foi a opinião que prevaleceu, de forma consensual, entre os oradores que participaram do ato de lançamento da campanha "Os Trabalhadores e a Constituinte", organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Capital, que representa uma categoria de 330 mil trabalhadores. O ato, realizado na sede da entidade, reuniu representantes de partidos políticos legais ou não e líderes sindicais, independentes ou ligados à Conclat, com a presença de aproximadamente quatrocentas pessoas.

"Não vamos aguentar o tacho em cima do movimento sindical até 86. E hora de os sindicatos se organizarem e cobrarem as promessas feitas pelo presidente eleito Tancredo Neves, antes da Constituinte. Queremos mudanças e não promessas", disse o presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, 57, em sua fala no final da sessão.

O presidente regional do PDT, Rogê Ferreira, dizendo não ter dúvidas de que a próxima Constituinte será palco de uma derrama inédita de dinheiro dos setores envolvidos com o capital internacional, na defesa de seus interesses, sustentou que a representação majoritária das camadas populares somente será al-

cançada com a mobilização nas escolas, praças, fazendas e sindicatos.

O deputado estadual Aluísio Nunes, representando o PMDB regional, disse que a Constituinte é a fórmula final para consolidar um sistema democrático. Considerou indispensável a mobilização dos segmentos sociais no sentido de conseguir a revogação de todos os instrumentos deixados pelo regime militar, como a Lei de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve, e a consequente liberdade ampla de organização partidária e sindical.

Os representantes dos partidos políticos não legalizados presentes ao encontro, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), saudaram a eleição de Tancredo Neves, entendendo-a como "vitória" da mobilização de massas. E foram unânimes em defender a remoção do entulho autoritário e liberdade de organização partidária.

Constituinte em 86

O deputado federal Alberto Goldman (PMDB), 33, voltou a defender a transformação do Congresso a ser eleito em 15 de novembro de 86 em Constituinte. Disse que essa proposta apresentada no Congresso em março de 84 "não é a ideal, nem a que eu desejaria, mas é a que é possível no momento".

O período pré-Constituinte, na sua opinião, é "muito importante para que todos os setores da sociedade aprofundem o debate e se mobilizem e para que todo o entulho e a sujeira da atual legislação sejam eliminados". O deputado federal explica que são urgentes a mudança das legislações partidárias e eleitoral, para garantir "a mais ampla liberdade de organização partidária e eliminar as sublegendas e a vinculação de votos".

FOLHA DE SÃO PAULO

04 MAR 1985